



PROGRAMA MULHERES SIM: DIÁLOGOS ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MULHERES SIM PROGRAM: DIALOGUES BETWEEN PUBLIC POLICIES AND REGIONAL DEVELOPMENT

Recebido em 15.11.2023 Aprovado em 05.01.2024

Avaliado pelo sistema double blind review

DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v18i1.60659>

Mariene Peres Morona

mariene.morona@ifsc.edu.br

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional / Instituto Federal de Santa Catarina/ São Lourenço Do Oeste/Santa Catarina, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-3032-0860>

Giovanna Pezarico

gpezarico@utfpr.edu.br

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional / Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Pato Branco/Paraná, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-5576-6685>

Resumo

As políticas públicas desempenham importante papel no enfrentamento de problemas vivenciados por mulheres em situação de vulnerabilidade social. Assim, o presente artigo apresenta algumas sínteses de estudo desenvolvido entre os anos de 2021 a 2023, que objetivou analisar o Programa Mulheres Sim, programa de extensão desenvolvido pelo Instituto Federal de Santa Catarina - São Lourenço do Oeste – SC, a partir da perspectiva da análise de políticas públicas e suas repercussões para o desenvolvimento regional. Trata-se de pesquisa qualitativa, de campo e documental. Como resultados são apresentadas caracterizações relativas ao Programa Mulheres Sim, bem como, a identificação de atores políticos relevantes na sua implementação, além dos alcances e limites enfrentados pelo Programa.

Palavras-chave: Programa Mulheres Sim. Institutos Federais. Políticas Públicas. Desenvolvimento Regional.

Abstract

Public policies play an important role in addressing the challenges faced by women in situations of social vulnerability. In this context, this study aims to analyze the Mulheres Sim extension program, developed by Instituto Federal de Santa Catarina - São Lourenço do Oeste, from the perspective of public policy analysis and its repercussions for regional development. This is a qualitative, field, and documentary research. The results present characterizations related to the Mulheres Sim program, as well as the identification of relevant political actors in its implementation, in addition to the achievements and limitations faced by the Program.

Keywords: Mulheres Sim Program. Institutos Federais. Public Policies. Regional Development.

Introdução

O presente artigo se estrutura a partir de diálogos entre educação profissional e tecnológica, políticas públicas e desenvolvimento regional, apresentando como recorte teórico-metodológico o Programa Mulheres Sim, ofertado pelo Instituto Federal de Santa Catarina, campus São Lourenço do Oeste – SC.

A temática abordada apresenta relevância, tendo em vista pesquisas que apontaram vulnerabilidades mais severas nas relações entre pobreza e gênero. Segundo Carvalho (2018) são as mulheres que mais sofrem com a pobreza extrema, com o analfabetismo, com as falhas no sistema de saúde e com as diversas formas de violência. O caminho a ser percorrido em direção à equidade de gênero ainda é longo para as mulheres e ainda mais tortuoso se esta for preta ou parda (Davis, 2016).

A desigualdade persistente entre homens e mulheres transcende várias esferas da sociedade. A violência de gênero, a sub-representação política, as disparidades no mercado de trabalho, a sobrecarga de responsabilidades, a falta de acesso a recursos econômicos e a dupla jornada (IBGE, 2021; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021; TSE, 2018), destacam a urgência de uma mudança significativa, pois impactam a vida pessoal, familiar, social e profissional das mulheres.

Tal cenário provoca questões importantes sobre os potenciais efeitos das políticas públicas na promoção da autonomia e emancipação das mulheres. A questão de gênero tanto nos espaços públicos quanto privados representam importante conquista e podem significar uma mudança estrutural significativa na sociedade.

Assim, diante dos problemas enfrentados por muitas mulheres, a categoria gênero vem sendo considerada pelos organismos internacionais um elemento relevante que deve ser considerado no desenho de políticas públicas para reduzir elementos históricos que reproduzem as desigualdades que estão enraizadas numa perspectiva patriarcal, amparada na hierarquização dos homens em relação às mulheres, em que as mesmas são colocadas em uma posição de subordinação e opressão (Piscitelli, 2009; Butler, 2018; Wallerstein, 2001).

A política pública em seu bojo, busca implementar, analisar e propor alterações nos programas e ações governamentais com o objetivo de gerar resultados e transformações na sociedade. Sua abordagem principal reside na identificação dos problemas que as políticas públicas buscam solucionar, na integração dessas questões no sistema político e na sociedade, levando em consideração as instituições e regras que moldarão as decisões e a execução das políticas públicas (Souza, 2006). Neste contexto, as políticas públicas podem ser recursos que afetam a dinâmica de uma comunidade ou região, implicando também para o comportamento social através da modificação das estruturas sociais (Lima e D'Ascenzi, 2018).

São cenários como esses que reforçam a urgência em torno da análise de programas que visem contribuir com a formação das mulheres, não apenas nos processos de inserção ao trabalho, mas, fundamentalmente de ações institucionais que promovam de forma democrática o acesso aos saberes que fomentam as autonomias das mulheres e acesso garantido aos seus direitos.

Neste sentido, o Programa Mulheres Sim é simbólico no contexto de políticas públicas de promoção da inclusão das mulheres nas dimensões educacional, econômica, social e cultural. Atua no desenvolvimento da autonomia política, da erradicação da extrema pobreza, do combate à violência, da consolidação da cidadania feminina e do desenvolvimento sustentável (IFSC, 2019c).

Com base no exposto, o artigo apresenta algumas sínteses de estudo desenvolvido entre os anos de 2021 e 2023, que objetivou analisar o Programa Mulheres Sim, programa de extensão desenvolvido pelo Instituto Federal de Santa Catarina – São Lourenço do Oeste – SC, a partir da perspectiva da análise de políticas públicas e suas repercussões para o desenvolvimento regional.

Ante o exposto, o presente artigo está organizado em três momentos. O primeiro momento discute ancoragens teóricas desde a implementação do programa até a sua realização no âmbito do IFSC câmpus São Lourenço do Oeste - SC. O segundo momento apresenta os aspectos metodológicos que orientaram a pesquisa. Por sua vez, o terceiro momento apresenta os alcances e limites do Programa Mulheres Sim.

Programa Mulheres Mil: política pública nacional para mulheres

No contexto brasileiro, nas últimas décadas, apesar das crises políticas e econômicas, verifica-se a constituição de tentativas de estabelecer a partir de algumas políticas públicas específicas, condições para o enfrentamento das desigualdades sociais. Um exemplo disso é o denominado Programa Mulheres Mil, criado com uma política pública para o enfrentamento de vulnerabilidades sociais vivenciadas por mulheres.

O projeto Mulheres Mil, surgiu a partir de um do projeto piloto (Brasil, 2018a), por meio de uma parceria entre o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), na época Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica - CEFET, e alguns *colleges* canadenses. Uma de suas primeiras ações foi a realização de um projeto de extensão que ofereceu capacitação para camareiras, admitindo com público-alvo possíveis mulheres em situação de exclusão. Para tanto, foram estabelecidos como critérios de participação no projeto, o foco em mulheres jovens e adultas, em situação de vulnerabilidade econômica e social. O resultado dessa ação de extensão provocou impactos significativos e a partir disso, foi decidido construir um projeto para ampliar a ação para outros estados (Rosa, 2011).

Dessa forma, no ano de 2007, o Programa Mulheres Mil foi implantado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) por meio de parcerias da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro (AI/GM), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (Redenet), do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) e da Associação dos *Colleges* Comunitários do Canadá (ACCC) e *Colleges* parceiros. O Mulheres Mil foi implantado inicialmente nas regiões Norte e Nordeste do país, capitaneado pelos Institutos Federais dos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe e pela Escola Técnica Federal de Palmas, no Tocantins (Brasil, 2018b).

Os documentos investigados sobre o projeto dão conta de que o programa teria como nascedouro o objetivo de atender as mulheres do Norte e Nordeste, escolha motivada principalmente pelos indicadores significativos de exclusão social. Com o êxito percebido pela referida secretaria, o projeto passa a ser considerado como oportuno para ser implantado nos demais estados brasileiros, sendo viabilizado principalmente pelos núcleos e CEFETS da Rede Federal, de modo a se transformar não somente em um programa, mas em uma política da SETEC, Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica Brasileira (Pacheco, 2010).

Nesta perspectiva, a proposta foi estruturada em três eixos: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Assim, com a meta inicial de beneficiar mil brasileiras, o Mulheres Mil objetivou “elevar a escolaridade, ofertar qualificação profissional e contribuir para a inserção dessas mulheres no mundo do trabalho” (Rosa, 2011, p. 7). Além desses objetivos, o projeto promoveu diversos impactos (de forma mais subjetiva e por isso mais complexos de serem mensurados) tais como acesso à direitos, o resgate da autoestima, a melhoria nas relações familiares e no convívio das comunidades, além do estímulo às mulheres a voltarem à sala de aula (Rosa, 2011).

No ano de 2011 o Programa Mulheres Mil foi instituído nacionalmente por meio da Portaria nº 1.015 de 21 de julho, do MEC, com o objetivo de promover a formação profissional e tecnológica articulada

com aumento da escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Ao se transformar em programa de abrangência nacional, além dos cursos de formação inicial e continuada (FIC) e qualificação profissional, o projeto incluiu em sua oferta os cursos de educação profissional técnica de nível médio. Deste modo, é importante considerar a atuação no sentido de garantir o acesso à educação, respeitando as singularidades das mulheres envolvidas, principalmente pelas particularidades atinentes às necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômicas das regiões (Brasil, 2018b).

Ao promover a formação educacional, profissional e cidadã, o programa Mulheres Mil proporciona às mulheres pobres em situação de maior vulnerabilidade, perspectivas de melhorias nas condições de suas vidas, famílias e comunidades (Brasil, 2013). Diante deste contexto, foi possível verificar que em termos de organização metodológica, o programa privilegia temas transversais (autoestima, saúde, direitos da mulher, comportamento sustentável, cooperativismo, inclusão digital, empreendedorismo e responsabilidade ambiental) permitindo às instituições envolvidas conhecerem e se integrarem às populações e comunidades historicamente não atendidas pelas políticas públicas, possibilitando o enfrentamento em relação às assimetrias no que tange a igualdade de gênero e do desenvolvimento social e econômico sustentáveis (Brasil, 2013).

Além disso, é importante destacar que o programa Mulheres Mil, foi implementado em todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IF do Brasil. Após sua institucionalização na Rede Federal, em 2011, foram realizadas Chamadas Públicas, nos anos de 2011, 2012 e 2013, as quais viabilizaram a implementação do Programa Mulheres Mil em 11 campus do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC (Araranguá, Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, São Carlos, São Miguel do Oeste e Tubarão), totalizando 2.000 vagas ofertadas.

No ano de 2013, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Educação - MEC firmaram parceria para integrar o Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (BSM). Ao aproximar a temática da qualificação profissional de mulheres à Rede Socioassistencial, o PRONATEC/BSM Mulheres Mil ampliou a oferta de qualificação profissional às mulheres mais pobres, em especial às beneficiárias do Programa Bolsa Família. A partir disso, ocorreu a transição do Programa Mulheres Mil para o PRONATEC Bolsa Formação, passando a seguir a legislação e procedimentos deste programa, atuando em estreita parceria com a rede de assistência social, ampliando a oferta da educação profissional e tecnológica para a população mais vulnerável inscrita no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e aos beneficiários do Programa Bolsa Família (Brasil, 2011). Compreender tais nascedouros é importante, principalmente para oportunizar melhor entendimento de como tal programa se insere no estado de Santa Catarina e nos seus institutos federais.

Do “Programa Mulheres Mil” ao “Programa Mulheres Sim” no Instituto Federal De Santa Catarina – IFSC

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia integram a rede de Educação Profissional pública no Brasil, estabelecida pela Lei nº11.892 de 29/12/2008 e estão vinculados à SETEC (Brasil, 2008). Os Institutos Federais são instituições pluricurriculares e multicampi (reitoria, campus, campus avançado, polos de inovação e polos de educação a distância), especializados na oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais níveis e modalidades da educação nacional, ofertando diferentes tipos de cursos de EPT, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação stricto sensu (Brasil, 2018c).

O art. 5º de sua lei de criação descreve a partir das antigas instituições federais de EPT a criação dos institutos, em que 31 centros federais de educação tecnológica (CEFETs), 75 unidades descentralizadas

de ensino (UNEDS), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e oito escolas vinculadas às universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A primeira fase de expansão de tais instituições ocorreu especialmente entre os anos de 2008 e 2010. Essa expansão ocorreu principalmente a partir do segundo mandato do governo de Lula da Silva (2007-2010), e se deu principalmente pelo deslocamento de unidades das escolas técnicas federais para o interior, com objetivo de diminuir as desigualdades regionais.

Ocorreram mais duas fases da expansão, com destaque para um segundo movimento estabelecido entre os anos de 2011 e 2012 e a terceira de 2013 a 2014 (Brasil, 2018d). Como decorrência, o número de campus aumentou significativamente, alcançando um total de 580, entre estes, 74 campus avançados. Em 2019, a rede já configurava 647 institutos em 651 municípios, mais de um milhão de matrículas e cerca de 80 mil servidores (professores e técnicos administrativos) (Rede Federal, 2019).

A institucionalização dos Institutos foi considerada pelo governo Federal da época como estratégia para o desenvolvimento local, regional e nacional e fortalecimento no processo de inserção cidadã de milhares de brasileiros, promovendo a melhoria da qualidade de vida (Brasil, 2010).

A criação dos IFs possibilitou também a verticalidade do ensino, pois conta com uma ampla variedade de opções: o ensino médio técnico e o integrado; o PROEJA na modalidade técnico e integrado; o PRONATEC; as licenciaturas; a pós-graduação e diferentes programas e atividades no âmbito da extensão (Frigotto, 2018). Essa diversidade em sua atuação está justamente definida no Art. 6º da Lei 11.892/2008 de sua criação, que trata de suas finalidades.

Para Pacheco (2010) essa organização pedagógica verticalizada, que contempla desde a educação básica até a superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais, permitindo a otimização de espaços e de pessoal. Tal atuação também possibilita o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado e principalmente afirmam, na sua missão, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

No estado de Santa Catarina, o Instituto Federal conta atualmente com 22 campus, localizados em diversas regiões do estado, abrangendo desde o litoral até o interior de Santa Catarina (IFSC, 2022). A instituição atua na oferta de educação profissional, científica e tecnológica, oferecendo cursos nos mais diversos níveis: qualificação profissional, educação de jovens e adultos, cursos técnicos, superiores e de pós-graduação. Neste contexto sua missão é “Promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural” (IFSC, 2018b).

A proposta do IFSC é de em conjunto com a educação profissional trabalhar o desenvolvimento pessoal para a emancipação humana. Um exemplo prático que pode ser citado, diz respeito à atuação nos programas de extensão, que buscam construir pontes entre o conhecimento acadêmico, científico e tecnológico, e as demandas da sociedade.

As ações de extensão do IFSC são regulamentadas pela Resolução do CONSUP nº 61, de 12 de Dezembro de 2016 e envolvem estratégias de relacionamento de seus estudantes e educadores com a comunidade externa, buscando promover a transformação social no entorno dos campus por meio de programas, projetos, cursos, eventos ou produtos. As diretrizes de extensão estão em estreito alinhamento aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Unesco. As ações são pautadas em intervenções em prol do enfrentamento de agendas emergenciais ao País, como o fim da pobreza e da fome, igualdade de gênero, promoção da saúde, proteção ao meio ambiente, educação inclusiva, entre outros (IFSC, 2018a).

Nesse contexto, um exemplo de tais intencionalidades reside na sua atuação junto ao Programa Mulheres SIM, caracterizado com um programa de extensão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), destinado às mulheres a partir dos quinze anos de idade, em situação de vulnerabilidade social, em que busca a valorização da mulher, o acesso aos direitos, cidadania e possibilidades de geração de renda, de modo a promover autonomias (IFSC, 2018a).

De acordo com o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), o Programa Mulheres Sim surgiu a partir da demanda institucional pela continuidade de atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade social, sem escolaridade, identificada na decorrente transição do Programa Mulheres Mil para o Bolsa Formação/PRONATEC (IFSC, 2014b). Com esta transição, os cursos do Programa Mulheres Mil referenciados pelo Guia de Cursos FIC PRONATEC, exigem escolaridade mínima para ingresso. Pela experiência de implementação, execução e análises do perfil das alunas do Programa Mulheres Mil no IFSC nos anos de 2011 e 2013, observou-se que muitas mulheres poderiam ser excluídas da oferta via PRONATEC em função do perfil de idade e escolaridade, limitando o acesso à educação.

Como forma de manter a inclusão de mulheres nos processos formativos realizados pelo instituto, no ano de 2014, o IFSC realizou a primeira edição do Programa Mulheres SIM e desde então, já foram realizados cursos em diversos campus do IFSC, muitos deles direcionados a públicos específicos, como mulheres em situação prisional, imigrantes, quilombolas, transexuais, entre outras. O IFSC oferta o programa de forma anual por meio de editais da PROEX, incentivando projetos que apoiem a inclusão da mulher nas áreas educacional, econômica, social e cultural, alinhando-se com as diretrizes de órgãos de assistência social, saúde e segurança, além dos movimentos de geração de renda (IFSC, 2018a; 2019c).

O Programa Mulheres Sim tem duração de cinco meses, acontecendo no segundo semestre do ano, geralmente de agosto a dezembro. O ingresso das participantes é realizado por meio de sorteio público e as inscrições são gratuitas. Geralmente a instituição dispõe de 30 vagas por campus selecionado. O programa Mulheres Sim é composto pelo Projeto de Acompanhamento de Egressas com carga horária de 40 horas; do Curso de Extensão com carga horária de até 96 horas; dos Eventos pós-curso que podem ser em forma de palestras e oficinas com até 3 encontros e do Evento de Extensão – Feira de Economia Solidária com carga horária de até 40 horas.

Quanto ao curso de extensão, o edital do programa apresenta três opções de formatação de propostas, denominadas “A, B e C”, sendo permitida a escolha de uma das opções pelo campus que irá ofertar o programa de acordo com as necessidades e oportunidades de cada região (IFSC, 2019c).

A opção “A”, é composta pelo Curso “Educação e Gênero”, com 30 vagas e carga horária de 96 horas. Visa estimular a autonomia e a geração de renda envolvendo temas trabalhados nas unidades curriculares que são interdisciplinares e desenvolvidas de acordo com a condição de instrução e a problemática do público, a partir do desenvolvimento de atividades embasadas no saber já adquirido, por meio de temas contextualizados no seu dia a dia. Busca-se proporcionar a construção de conhecimentos que auxiliem as alunas no exercício da cidadania, na melhoria de sua qualidade de vida sua e de sua família, e que contribuam para geração de renda (IFSC, 2014a).

A segunda formatação de curso, denominada opção “B” se refere ao curso intitulado “Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do Trabalho Feminino”. Destaca-se que essa proposta também fomenta a autonomia e a geração de renda. Segundo seu PPC, o objetivo principal é estimular a produção e ampliação de renda para pessoas do gênero feminino, mulheres e meninas acima de 15 anos, em situação de vulnerabilidade social, possibilitando acesso à educação e tecnologia (IFSC, 2014b; IFSC, 2019c).

Com aulas expositivas e dialogadas, estudos dirigidos, apresentações, oficinas, rodas de conversa, círculos de cultura, minicursos busca-se desenvolver competências nas alunas como: desenvolver produtos comercializáveis a partir de suas habilidades manuais; utilizar ferramentas tecnológicas para otimizar a produção e qualificar o produto; agregar valor ao produto e ampliar a comercialização (IFSC, 2019c).

Na opção “C”, por sua vez, cada campus pode propor o curso de extensão com abordagem voltada à demanda mapeada localmente. O objetivo é estimular a autonomia e a geração de renda envolvendo temas que atendam a demanda da comunidade da região. No que diz respeito ao projeto de acompanhamento segue as mesmas orientações das demais opções (IFSC, 2019c).

Cabe mencionar que fazem parte do programa também, eventos pós-curso que podem se caracterizar como oficinas e palestras que objetivam ampliar questões sensíveis à turma do curso. Nesse espaço há a intervenção de convidados(as) externos(as) em temas relevantes, contemplando algumas temáticas prioritárias, tais como: orientação profissional, violência doméstica, Educação de Jovens e Adultos (EJA), direitos trabalhistas e previdenciários. Os encontros contemplam a participação das alunas egressas, abertos aos familiares e comunidade externa (IFSC, 2019c).

Do mesmo modo, é importante indicar o papel do programa na constituição de espaços coletivos e públicos para atuação das mulheres que dele participam. Exemplo disso é o evento denominado Feira de Economia Solidária, que tem carga horária máxima de 40 horas. Esta ação representa um grande marco do programa, pois na ocasião as participantes do programa comercializam seus produtos confeccionados durante o curso. Os itens comercializados variam entre artesanatos, alimentos, mobiliário com produtos reciclados, utensílios domésticos, souvenir e bijuterias.

Como marco da finalização do programa, é realizada a formatura, momento especial para as concluintes do programa, tendo em vista que para algumas mulheres, é a primeira vez que tem a oportunidade de vivenciar o recebimento de um certificado, estabelecendo momentos de valorização e acolhimento (SIGAA, 2019).

Ainda, todas as propostas exigidas (cursos, projetos e eventos) apresentam os detalhes da execução das atividades e contemplam a participação discente (protagonismo), a participação da comunidade externa como também a demanda externa. Podem submeter propostas, servidores(as) do quadro efetivo permanente do IFSC, e cada campus que submete as propostas, é responsável por disponibilizar servidores(as) para comporem a equipe multidisciplinar e equipe docente, além de dispor de infraestrutura física (sala de aula, laboratórios) necessária para execução das aulas e recursos financeiros para aquisição de materiais de expediente e custeio das atividades do Mulheres Sim (IFSC, 2019c).

As propostas avaliadas e classificadas, conforme critérios do edital, podem ser contempladas com recursos financeiros da PROEX que viabilizam o desenvolvimento das atividades, concedidos em conformidade com a disponibilidade orçamentário-financeira do IFSC. Outro elemento de apoio importante, diz respeito ao fato de as alunas atendidas pelo programa terem o direito ao repasse de auxílio financeiro conforme estabelecido em edital, e de acordo com a disponibilidade de recursos do PNAES. O valor do auxílio repassado às alunas em 2019 era de R\$ 100,00, limitado a três parcelas. O edital também previa a seleção de um(a) discente extensionista, exclusivamente estudante da instituição e em situação de vulnerabilidade social, que também é contemplado com bolsa. O valor no ano de 2019, de acordo com o edital, era de 5 parcelas de R\$ 400,00. O edital também contemplava a participação de pessoas voluntárias, dispostas a colaborar com a realização do programa, porém sem auxílio financeiro (IFSC, 2019c).

Nesse contexto, a instituição busca promover, por meio desta iniciativa, o acesso das mulheres ao ensino, à tecnologia e à emancipação e dessa forma contribuir para o autoconhecimento e desenvolvimento de suas potencialidades, ampliando as possibilidades de no âmbito do

desenvolvimento regional ampliar condições de melhoria de vida no contexto das lutas que enfrentam cotidianamente para superar as desigualdades de gênero.

O Programa Mulheres Sim no IFSC câmpus de São Lourenço Do Oeste – SC: algumas caracterizações relevantes

O IFSC campus de São Lourenço do Oeste foi implantado na cidade no ano de 2014. Porém, teve a autorização de funcionamento publicada pelo Ministério da Educação em 21 de janeiro de 2015, por meio da Portaria n.º 27. Assim, oficialmente passou a integrar a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como campus Avançado São Lourenço do Oeste vinculado/tutorado pelo campus São Miguel do Oeste, campus oriundo do projeto de expansão II da Rede Federal (IFSC, 2019a).

Com uma população estimada em mais de 24 mil habitantes (IBGE, 2021), São Lourenço do Oeste está situado geograficamente na região Noroeste de Santa Catarina e faz parte da Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense -AMNoroeste. A AMNoroeste é composta também pelos municípios de Coronel Martins, Galvão, Jupiá, Novo Horizonte, São Bernardino, Quilombo, Irati, totalizando 48 mil habitantes (AMNOROESTE, 2020). Além dos municípios da AMNoroeste, o IFSC campus SLO também atende estudantes de Campo Erê (SC) e Vitorino (PR).

O IFSC campus SLO trabalha com a oferta de cursos de qualificação profissional, cursos de nível técnico nos eixos de Gestão e Negócio, Agronegócio e Tecnologia da Informação, e, também com cursos de Especialização a distância. Conforme os relatórios de gestão, o campus apresenta também grande participação em projetos de extensão (IFSC, 2019b).

Na dimensão da extensão, o IFSC campus SLO participou das seleções dos editais para a oferta do programa Mulheres Sim desde o ano de 2016, tendo suas propostas selecionadas. Dessa forma, ofertou o programa nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019. Nos anos de 2020 e 2021, o programa foi suspenso em virtude da pandemia da COVID-19 e no ano de 2022 o programa foi retomado. Contudo, nas experiências analisadas, verifica-se que o cronograma de realização teve início no mês de agosto e término em dezembro (SIGAA, 2017, 2018, 2019).

Em cada edição ofertou 30 vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade social com idade acima de 15 anos, 1 vaga para um(a) aluno(a) bolsista matriculado(a) em curso técnico da instituição, e apoio de alguns alunos(as) voluntários(as) do IFSC. É oportuno destacar também a relação de parceria com atores políticos importantes do município. Em suas edições o programa contou com uma equipe de servidores da instituição e com o apoio do CRAS (Centro de Referência e Assistência Social), Delegacia da Mulher, Prefeitura Municipal, palestrantes externos e comunidade em geral (SIGAA, 2017, 2018, 2019).

Nos anos de 2016, 2017 e 2022 a formatação ofertada foi a proposta “B”, com a opção do curso “Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do Trabalho Feminino”. Em 2018 e 2019 houve a alteração para a proposta “A”, curso “Educação e Gênero”. Não se evidenciou o motivo da alteração entre os anos de 2018 e 2019. Evidencia-se que a proposta “C” não foi selecionada em nenhuma das ofertas e não existem registros que justifiquem a preferência por tais propostas.

A primeira edição realizada no ano de 2016, mobilizou 22 mulheres, residentes nas cidades de São Lourenço do Oeste - SC e de Galvão - SC. Na ocasião foi ministrado o curso da opção B – “Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do Trabalho Feminino” e as aulas foram realizadas no campus da instituição no distrito de Frederico Wastner. As alunas desenvolveram produtos artesanais, que posteriormente foram comercializados na feira de economia solidária realizada na cidade de Galvão-SC. Também foram realizados eventos com palestras e oficinas, bem como, o projeto de Acompanhamento

de Egressas e formatura (Arquivos internos do IFSC, 2016).

No ano de 2017, o programa seguiu a mesma linha de 2016 com o curso “Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do Trabalho Feminino”. Porém, a Feira de Economia Solidária foi realizada no centro de São Lourenço do Oeste - SC. Os produtos artesanais foram confeccionados pelas alunas durante as aulas e na feira as alunas puderam expor de maneira prática o que aprenderam durante as aulas. Algumas participantes tiveram a oportunidade de vender seus produtos que confeccionaram em casa (SIGAA, 2017).

No ano de 2018, houve alteração na proposta do programa, optando-se pelo curso de “Educação e Gênero”. Nesta edição foi firmado parceria com o Centro de Referência e Assistência Social – CRAS do Município de Jupiá-SC, que prestou todo suporte nas matrículas e transporte para as alunas de Jupiá até a instituição no distrito de Frederico Wastner. No curso, nas unidades curriculares ministradas de geração de renda e saúde da mulher e da família, as alunas junto com a professora construíram uma horta, permitindo a apropriação de técnicas de adubação e o plantio de hortaliças para posterior comercialização na feira de economia solidária (SIGAA, 2018).

Com a alteração na edição do programa de 2018, transitando do artesanato para a horticultura, também se optou em ofertar a oficina "Aproveitamento Integral de Alimentos", realizada em parceria com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI. O tema da oficina encontrou alinhamento com as disciplinas ministradas, pois puderam aprender aproveitar integralmente alimentos produzidos em suas próprias hortas, que na maioria das vezes eram descartados, evitando assim, o desperdício, realizando receitas saudáveis e criativas na prática e principalmente contribuindo para uma alimentação mais rica e saudável (SIGAA, 2018).

No ano de 2019, o programa foi realizado na cidade de São Lourenço do Oeste e novamente foi ofertado na opção do curso de Extensão de Educação e Gênero. Contou novamente com a participação de mulheres residentes na cidade de Galvão – SC e de São Lourenço do Oeste. Os produtos para comercialização na feira, nesta edição, foram especialmente sabão artesanal. As alunas foram divididas em grupos menores, sendo que cada grupo elaborou uma receita diferente de sabão, seguindo o caderno de receitas elaborado pela professora. Esse momento foi importante, pois ocorreram trocas de experiências na fabricação dos produtos (SIGAA, 2019).

Práticas simples, porém, de grande impacto no que se refere ao desenvolvimento sustentável foram relatadas pelas alunas, como por exemplo: produção caseira de sabonete utilizando óleo de cozinha, produção caseira de água sanitária utilizando cinza de fogão a lenha, reutilização de materiais recicláveis como vidros, garrafas pets, caixas de leite, dentre outros. Além do efeito positivo na redução dos impactos ambientais as atividades praticadas pelas alunas e compartilhadas com as demais, as colocaram como protagonistas de um processo que elas não compreendiam com o devido valor (SIGAA, 2019).

No ciclo de palestras, também teve destaque o evento realizado com o promotor de justiça da cidade de São Lourenço do Oeste - SC com o tema “Violência contra a mulher no âmbito familiar”. O encontro promoveu discussões e sensibilização das mulheres sobre a Lei Maria da Penha - Lei 11340/06, enfatizando as relações de afeto e violência, gênero e empoderamento (SIGAA, 2019).

Outro marco importante do programa foi a feira de economia solidária realizada no mês de dezembro de 2019 em dois locais no centro da cidade de São Lourenço do Oeste. Na ocasião foram comercializados produtos como: sabão em barra, sabão líquido, caixinhas de madeira, vidros e garrafas decoradas pela técnica de decoupage como também alguns produtos fabricados pelas próprias alunas (SIGAA, 2019).

Assim, o Programa Mulheres Sim, ofertado pelo IFSC campus de SLO, em suas quatro edições, possibilitou um conjunto de alternativas e experiências àquelas que dele participaram, representando

uma oportunidade de opções de escolha no que diz respeito à autonomia e ao protagonismo dessas mulheres no âmbito familiar e social. Também representou na aproximação institucional com a sociedade, adentrando nos mais diversos contextos da comunidade local.

Procedimentos metodológicos

É importante considerar que as opções metodológicas são resultantes de processos que priorizam a abordagem dialógica e interdisciplinar, especialmente por considerar os contornos locais e regionais próprios do estudo, além das singularidades e heterogeneidades das participantes da pesquisa. O estudo se caracterizou pela pesquisa de campo de abordagem qualitativa, descritiva e com subsídio documental. Segundo Severino (2014), a pesquisa de campo abrange desde os levantamentos que são mais descritivos, até estudos mais analíticos, em que o objeto/fonte é analisado em seu meio ambiente próprio, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador, ou seja, a coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem. A pesquisa, em virtude de seus objetivos, caracterizou-se como qualitativa, pois segundo Minayo (2009), permite trabalhar com contextos da realidade, envolvendo fatores como por exemplo percepções e sentimentos pessoais que não podem ser quantificados. A pesquisa contou com subsídio documental por meio dos relatórios, cartilhas, decretos e leis referentes aos Programas Mulheres Mil e Mulheres Sim.

No que diz respeito aos sujeitos de pesquisa, o estudo envolveu atores políticos importantes que atuaram no programa, tais como o IFSC e CRAS, e mulheres beneficiárias do programa que participaram das edições dos anos de 2018 e 2019. Dessa forma, o estudo compreendeu: - 1 gestor(a) do IFSC-SLO; 1 gestor(a) do CRAS de São Lourenço do Oeste – SC; 1 gestor(a) do CRAS de Jupiá-SC; 20 mulheres/sujeitos da pesquisa que concluíram Programa Mulheres Sim nas edições de 2018 e 2019 residentes nas cidades de São Lourenço do Oeste – SC, Jupiá – SC e Galvão - SC. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e entrevista presenciais semiestruturadas que forneceram informações para uma análise de conteúdo contextualizada.

Para tanto, o recrutamento das participantes da pesquisa foi realizado por critério de conveniência por meio de contato telefônico a partir de lista disponibilizada pelo CRAS. Sobre a realização das entrevistas, o horário, dia e local da entrevista foram agendados conforme a disponibilidade das participantes, cujo áudio foi gravado e posteriormente transcrito.

Entre os meses de abril a julho de 2023, foram entrevistadas um total de 20 (38%) mulheres concluintes do Programa Mulheres Sim, vinculado ao IFSC campus SLO, sendo 10 mulheres que participaram do ano de 2018 e 10 do ano de 2019. Do total das entrevistadas, 5 (25%) são residentes da cidade de Jupiá, 3 (15%) de Galvão e 12 (60%) de São Lourenço do Oeste.

Em relação à análise dos dados coletados, foi utilizada a análise de conteúdo. As categorias de análise estabelecidas *a priori* foram: a) elementos estruturantes do Programa Mulheres Sim no IFSC-SC; e b) repercussões para o contexto das mulheres atendidas pelo programa e os diálogos com o desenvolvimento regional.

Apresentação e análise dos resultados sobre os alcances e limites do Programa Mulheres Sim

Tendo em vista os objetivos pretendidos pelo estudo, são indicados alguns alcances e limites do Programa Mulheres Sim desenvolvido junto ao IFSC de São Lourenço Do Oeste – SC. Contudo, de forma a contemplar as categorias de análise, inicialmente serão apresentados alguns elementos de estruturação do programa e as repercussões apontadas pelas mulheres participantes, organizadas em três momentos, apresentados na sequência: perfil das mulheres participantes, avaliação sobre as vivências no âmbito do Programa Mulheres Sim e repercussões do programa. As perguntas das entrevistas realizadas com o IFSC-SLO e o CRAS contribuem também na compreensão do papel das

instituições, enquanto atores políticos de atuação local e regional, relevantes na implementação e estruturação do Programa Mulheres Sim, em parceria com o IFSC-SC.

Perfil das mulheres participantes

A partir da análise do perfil das entrevistadas, tornam-se visíveis diversas características que auxiliam na compreensão das mulheres atendidas pelo Programa Mulheres Sim. Essas características abrangem aspectos pessoais, econômicos, sociais e as próprias situações no âmbito de seus lares.

Em relação ao perfil das mulheres participantes, ao analisar os dados, foi constatado que 54% das participantes das edições de 2018 e 2019 possuem mais de 35 anos. Ainda, 54% se autodeclararam como brancas. Além disso, 76% delas têm cônjuge, 68% não conseguiram completar o ensino médio e 56% não possuem uma fonte de renda própria. A partir desses dados, torna-se evidente que o Programa Mulheres Sim esteve alinhado com seu objetivo de atender especificamente seu público-alvo, que é composto principalmente por mulheres sem um histórico educacional avançado e que fazem parte de grupos sociais vulneráveis.

Outro aspecto relevante é a heterogeneidade (faixas etárias variaram de 20 a 68 anos) entre as mulheres que realizaram o curso, a qual é mencionada pelas entrevistadas como um elemento agregador e de compartilhamento de vivências importantes que possibilita a troca de saberes entre elas. Por outro lado, se verifica a demanda de que tais aspectos sejam contemplados no planejamento do curso e das aulas, com didáticas que consigam atender as peculiaridades de cada faixa etária, como por exemplo, a dificuldades no aprendizado, principalmente quando envolvem o uso e a apropriação de novas tecnologias.

Neste sentido, as práticas pedagógicas, planos de aula, maneiras de trabalhar os conteúdos e avaliar têm um grande impacto. Como foi possível perceber nos relatos das participantes, o aprendizado com o professor de matemática em relação aos custos, se deu por meio de uma receita culinária. A prática despertou a reflexão para o valor do trabalho implicado, ou seja, sobre a invisibilidade ou não remuneração do trabalho doméstico. Neste sentido, as autoras Hirata (2020), Federici (2019) e Demetrio (2022) evidenciam que o trabalho doméstico, embora não remunerado, desempenha um papel crucial na manutenção da vida cotidiana e no fornecimento de uma mão de obra considerada para o sistema econômico capitalista.

Práticas simples de ensino, porém, influenciam também no desenvolvimento da apropriação dos conceitos, principalmente na valorização de seus trabalhos domésticos. Esses fatores exigem da equipe que trabalha no programa muita responsabilidade, dedicação e criatividade para que essas alunas sejam incentivadas a permanecer no programa, com políticas e ações de permanência e acolhida (IFSC, 2023).

Sobre a escolaridade, os motivos citados sobre a descontinuidade nos estudos são: a necessidade de trabalhar (40%), dificuldade de acesso à escola (30%), casamento precoce (15%) e não tinha interesse e desistiu (5%). Ainda, um número pequeno, (10%) conseguiram concluir o ensino médio, pois, não precisaram interromper seus estudos nenhuma vez. Várias razões justificam essa situação, muitas das quais estão atreladas às desigualdades de gênero e das restrições sociais. A necessidade de contribuir para o sustento da família foi uma das principais razões pelas quais muitas mulheres abandonavam e continuam a abandonar seus estudos. Hirata (2020) e Demetrio (2022) apontam sobre essa questão da invisibilidade do trabalho doméstico e de cuidado, e que geralmente é estabelecida como dever feminino. A educação ficava em segundo plano em relação às responsabilidades familiares, o que limitava o tempo e a energia disponível para dedicar aos estudos, restringindo oportunidades educacionais, profissionais e pessoais.

Estas informações oferecem uma perspectiva de complexidade das condições das mulheres entrevistadas. A alta taxa de informalidade no emprego, idades avançadas, a dependência de benefícios

sociais e a distribuição variável da renda, indicam desafios econômicos, psicológicos e sociais que podem estar afetando as mulheres e suas famílias. Esse grupo de mulheres está confrontando uma realidade atual que também molda não só suas trajetórias de vida, mas principalmente por uma história marcada pelas intersecções entre gênero, raça e classe (Saffioti, 1978; Hirata, 2018).

Essas questões, para Federici (2019) ainda são reflexos das tradicionais divisões de trabalho com base no gênero, a qual teve impacto significativo nas relações de poder entre homens e mulheres. Atualmente vivencia-se a “crise da tradicional divisão sexual do trabalho” (Federici, 2019, p. 110), que pode ser uma oportunidade para uma sociedade com equidade. De acordo com a autora, com o passar do tempo, a sociedade tem visto mudanças nas expectativas de gênero e nas oportunidades oferecidas a todos. Isso significa que a antiga dependência econômica das mulheres em relação aos homens está sendo desafiada, o que pode resultar em uma redefinição das relações de poder entre os gêneros e pode ter impactos profundos na forma como a sociedade percebe as capacidades e papéis de homens e mulheres.

Por outro lado, ao conquistar outros espaços, as mulheres passam por uma pressão adicional. As demandas de emprego e as obrigações familiares podem ter consequências negativas para sua saúde física e mental (Federici, 2019). Embora as mulheres tenham ingressado cada vez mais no mercado de trabalho, isso não levou a uma diminuição na carga de trabalho, especialmente doméstico. Pelo contrário, em muitos casos, as mulheres atualmente trabalham ainda mais, especialmente aquelas que são chefes de família ou que têm empregos com baixos salários. Isso muitas vezes resulta em jornada dupla, na qual as mulheres precisam equilibrar o trabalho remunerado com as responsabilidades domésticas e familiares.

A dificuldade de acesso é um obstáculo que muitas mulheres enfrentam, seja devido a casamentos precoces, falta de oportunidades de trabalho ou a uma sociedade ainda permeada por estruturas patriarcais. A dependência financeira dos cônjuges é uma realidade para muitas, limitando suas autonomias e poder de decisão. Em resumo, o perfil das mulheres em ambientes domésticos é caracterizado por desafios diversos, que vão desde o desencadeamento de adoecimento até as barreiras sociais.

O retorno ao estudo é uma opção que algumas mulheres consideram para buscar maior independência, convívio social e realizações pessoais. No entanto, esse caminho muitas vezes é acompanhado por desafios experimentados, como a dificuldade no aprendizado devido a longos períodos distantes da educação formal e a necessidade de conciliar com as responsabilidades domésticas.

Nesse cenário, as instituições públicas desempenham um papel crucial. Elas podem oferecer acolhimento às mulheres que buscam retorno ao estudo ou ao mercado de trabalho, fornecem suporte para enfrentar as dificuldades e oferecem recursos para que conquistem seus espaços na sociedade. A importância dessas instituições transcende a esfera individual, impactando positivamente o contexto familiar, a comunidade e a sociedade como um todo.

Entretanto, tais perspectivas podem ser mais bem amparadas se compreendidas também para além do perfil e se problematizadas a partir de suas vivências. Assim após analisar algumas informações do perfil das mulheres entrevistadas, serão destacadas na próxima seção as suas percepções quanto às suas vivências no bojo do Programa Mulheres Sim.

Avaliação sobre as vivências no âmbito do Programa Mulheres Sim

De modo a identificar percepções e avaliações das entrevistadas em relação à essas trajetórias entre as duas edições do programa, as entrevistas realizadas, contemplaram questões que abrangeram motivos para participar, como tomaram conhecimento sobre o programa, a importância da assistência estudantil, carga horária, interação com os professores e outros membros da equipe do IFSC-SLO,

aspectos positivos, negativos, além de aspectos sobre relações entre colegas e com os professores, o apoio e incentivo para continuar frequentando as aulas.

As avaliações das mulheres participantes sobre as ações vivenciadas se mostram positivas. Conforme apurado no estudo, 95% delas expressaram gostar de todas as atividades, destacando não apenas a carga horária (95% de satisfação), mas também os conteúdos apresentados e a didática dos professores (75% avaliando como ótimo). Além disso, o relacionamento entre as participantes foi avaliado como excelente por 80% das entrevistadas. É relevante ressaltar que 40% delas estabeleceram amizades durante o programa, muitas das quais são mantidas atualmente. As percepções das mulheres participantes demonstram que o programa foi bem avaliado em relação às suas experiências educacionais.

Outro dado relevante identificado, foi que a grande maioria das mulheres, 70% indicaram que ficaram sabendo do curso através do CRAS. Esse percentual certifica que o CRAS desempenhou um papel significativo ao atrair as mulheres, já que contribuiu tanto na divulgação quanto na efetivação das matrículas. O CRAS demonstrou-se como um parceiro crucial e intermediário para acessar o público feminino, uma vez que o público-alvo das instituições IFSC-SLO e CRAS é compartilhado no Programa Mulheres Sim (IFSC, 2023).

Conforme mencionado anteriormente, uma parcela considerável de mulheres não estava inserida no mercado de trabalho e não contava com uma fonte de renda independente. Nesse contexto, a assistência prestada pela bolsa teve um impacto significativo em diversos aspectos, principalmente para a permanência e até mesmo por configurar-se numa justificativa utilizada no contexto familiar para tomarem a decisão de iniciarem o curso ou nele permanecerem, como um processo de legitimação frente aos demais membros da família (CRAS, 2023).

Além desses aspectos econômicos, os elementos sociais também desempenham um papel significativo na experiência das entrevistadas em relação ao curso. A constatação de que 80% das entrevistadas destacaram a oportunidade de estabelecer relacionamentos e interagir com outras pessoas se manifestou como um dos aspectos relevantes. Isso demonstra a importância do contexto social para o aprendizado, no qual as participantes não apenas adquirem conhecimentos, mas também se sentem parte de uma comunidade de aprendizado.

Por outro lado, é importante reconhecer as preocupações e pontos de vista da minoria que enfrentou dificuldades específicas, conforme mencionaram nas entrevistas. O relato vinculado à gestão do IFSC-SLO (2023) traz à tona essas questões complexas e relevantes que surgem ao ministrar aulas para uma turma composta apenas por mulheres com baixa escolaridade. A heterogeneidade educacional é um desafio, pois pode impactar a dinâmica da sala de aula, exigindo abordagens pedagógicas flexíveis para atender às diferentes necessidades de aprendizado das alunas. A adaptação de materiais didáticos para alunas que possuem pouco ou nenhum domínio de escrita ou leitura reflete a importância da acessibilidade e da inclusão. Esse esforço requer ações pensadas e qualificadas, além de empatia, pois demanda encontrar maneiras de transmitir conhecimento de forma clara e envolvente, independentemente do nível de alfabetização das alunas.

Segundo comentários da participação institucional, os conflitos interpessoais são uma realidade em qualquer grupo, e o fato de ocorrerem entre as mulheres da mesma turma pode indicar a necessidade de abordar não apenas o conteúdo acadêmico, mas também o contexto da comunicação e resolução de conflitos. Além disso, há também a questão de algumas alunas trazerem seus filhos para o campus, o que ressalta a falta de infraestrutura adequada para cuidados com as crianças, indicando que as alunas precisam equilibrar os papéis de estudante e cuidadora. Alguns relatos também permitiram observar que algumas alunas tendem a ser introvertidas no início do programa, mas que essa barreira tende a diminuir ao longo do curso, destacando a importância do tempo e do apoio na construção de confiança e interação. Isso também demonstra que a educação não é apenas um diálogo de saberes técnicos e

científicos, mas também dialoga sobre o desenvolvimento pessoal e social das estudantes (IFSC-SLO, 2023).

Como síntese, a análise realizada oferece uma visão abrangente dos desafios e oportunidades que surgem ao ministrar as aulas no âmbito do Programa, enfatizando a importância da flexibilidade, inclusão, acolhida emocional e sensibilidade às circunstâncias individuais das participantes.

Repercussões do Programa Mulheres Sim

Com o intuito de compreender as repercussões do Programa Mulheres Sim, tanto do ponto de vista das participantes quanto da instituição promotora, uma divisão foi estabelecida em dois momentos: uma análise dos resultados objetivos e outra, a partir de alcances mais subjetivos.

As repercussões objetivas do programa Mulheres Sim, focaram nos elementos quantificáveis relacionados, por exemplo, à apropriação de técnicas e o estímulo à produção e confecção de produtos artesanais, educação, emprego e renda, que permite uma visualização das realidades atuais das mulheres participantes. Os relatos das entrevistadas, destacam repercussões em suas trajetórias, evidenciados pela implementação de práticas aprendidas em suas casas, como o cultivo de hortas domésticas (45%) e a produção de sabão artesanal (25%). Esses dados, reforçam a ideia de que o exercício de autonomias femininas não se limita ao emprego formal ou ao empreendedorismo, mas também inclui a capacidade de adquirir habilidades práticas que melhoram a qualidade de vida e a autonomia das mulheres em várias áreas. Alguns relatos das mulheres também enfatizam a aquisição de habilidades não apenas técnicas para a realização do artesanato, mas também de gestão e valorização de seu trabalho, destacando que a participação no Programa não apenas melhorou a qualidade de seus produtos, mas também aprimorou sua compreensão de precificação, planejamento e comercialização.

No âmbito educacional, 45% retomaram cursos, sendo que 5% que concluíram o ensino médio, 5% que deram início ao ensino superior e 15% que retomaram seus estudos no IFSC-SLO. Nesse sentido, os depoimentos das participantes apontaram que a participação no programa despertou o desejo de continuar estudando. Muitas delas retornaram à própria instituição. Neste sentido destaca-se a importância para a região de contar com um Instituto Federal, que é um espaço público gratuito de ensino.

Sobre a dimensão de emprego e renda, 5% alcançaram empregos formais, enquanto 30% ingressaram em atividades informais que variam desde a venda de artesanato até serviços de cuidadoras. Além disso, 15% estabeleceram empreendimentos autônomos, sendo que 10% abriram estabelecimentos próprios. Além disso, atividades artesanais, como a produção de sabão e crochê não apenas são praticadas para uso pessoal, mas também compartilhadas com familiares.

Nos eventos da feira de economia solidária o contato das alunas com as vendas, de vivenciar experiências coletivas e do espaço público, permitiram aproximações com o mundo do trabalho. Repercutiram em aprendizados e compartilhamento de experiências relacionadas às técnicas específicas como elaboração e apresentação dos produtos, divulgação, organização comunitária, cooperativismo, cálculo de preço de custo e preço final, técnica de produção, boas práticas de manipulação. Dessa forma, com a realização da feira, as mulheres compreendem sua importância no mundo e passam a valorizar sua produção (SIGAA, 2019).

Neste sentido, a feira de economia solidária, destaca-se como um espaço importante que oportuniza às alunas divulgarem seus trabalhos como também à comunidade conhecer o IFSC, apresentando-se dessa forma, como uma atividade de integração que pode ser organizada em articulação com o Fórum Regional de Economia Solidária, em que promove a inclusão produtiva e social de mulheres por meio da geração de trabalho e renda. Neste sentido, incentivar trabalhos que proporcionem o desenvolvimento das mulheres contribui não somente para a economia local, como na erradicação de

outros problemas de cunho social (IFSC, 2019c).

No que concerne a potenciais repercussões de caráter mais subjetivo em relação ao programa, verificou-se um processo bastante recorrente de manifestações sobre as percepções das participantes em relação ao papel das mulheres na sociedade, seus direitos e a emancipação feminina.

Ao trabalhar com as percepções em relação a valorização do seu papel na sociedade, dos seus direitos e de suas autonomias, o programa cria uma base propícia para as mulheres darem seguimento à outras práticas sociais importantes. A sensação de pertencimento, de valorização, a elevação da autoestima são componentes interligados que se constroem mutuamente. Em relação a esses aspectos subjetivos, através de depoimentos das participantes, evidenciou-se que o programa contribuiu para o empoderamento individual e a capacidade de enfrentar a discriminação de gênero. As participantes relatam que o programa as ajudou a valorizar a si mesmas, a reconhecer seus direitos, a buscar independência financeira, a superar a submissão e a violência, além de melhorar a interação social e a autoconfiança. Elas destacam a importância de adquirir conhecimentos e habilidades, o que permitiu buscarem trabalho e emprego, iniciar negócios e participarem ativamente da sociedade. Chama a atenção o fato de o Programa Mulheres Sim ser destacado por elas como espaço de sociabilidade, mais até que de aprendizado, demonstrando um caráter de necessidade que elas têm de se encontrarem com outras pessoas, de compartilharem suas vivências e como isso também atua diretamente na saúde.

O programa também desafia as percepções tradicionais de gênero e incentiva a equidade de direitos entre homens e mulheres. Segundo os relatos, as participantes passaram a se posicionar com mais confiança, a reivindicar seus direitos e a contribuir de maneira mais significativa para suas comunidades. Os relatos destacam os anseios por liberdade e autonomia das mulheres para determinar seus próprios caminhos e tomar decisões. Isso reflete a mudança cultural necessária para que as mulheres não sejam mais vistas como submissas ou determinadas por seu gênero, mas como agentes ativos de sua própria vida e escolhas.

Ao se tornarem independentes e desafiarem os papéis tradicionais de gênero, as mulheres podem experimentar uma melhoria significativa em sua autoestima. A conquista da independência e o reconhecimento de sua voz própria validam suas habilidades e potencial, o que por sua vez contribui para a construção de uma autoimagem mais positiva e confiante. Isso é fundamental para romper com as amarras da insegurança e da autodepreciação, muitas vezes impostas no bojo da heteronormatividade. Além disso, essa transformação também impacta nos relacionamentos das mulheres com seu meio social. Ao reconhecerem seu próprio valor e voz, elas podem estabelecer relações mais equilibradas e saudáveis, tanto pessoalmente quanto profissionalmente.

Além disso, a oferta do programa Mulheres Sim pelo Instituto Federal de Santa Catarina tem impacto significativo nos municípios e nas vidas das pessoas envolvidas. O programa vai além de apenas fornecer habilidades técnicas, desempenhando um papel na promoção do desenvolvimento pessoal, profissional e social das mulheres participantes. Além disso, o impacto do programa se estende aos municípios onde é oferecido. Isso não apenas beneficia as participantes individualmente, mas também contribui para o fortalecimento da economia local, uma vez que as mulheres capacitadas têm maior probabilidade de criar e desenvolver seus próprios negócios.

O programa também tem um efeito positivo na comunidade, à medida que as mulheres compartilham seu aprendizado e experiências com outras pessoas. Isso cria um efeito multiplicador, inspirando mais mulheres a buscar educação, trabalho, emprego e empreendedorismo, o que, por sua vez, contribui para uma sociedade mais dinâmica.

Ao ofertar o programa Mulheres Sim, o IFSC se destaca como uma instituição educacional comprometida em promover não apenas a formação profissional, mas também o crescimento pessoal e a emancipação das mulheres. O impacto abrangente do programa nas vidas das participantes e nas

comunidades onde ele é implementado destaca a importância de continuar investindo em iniciativas que visam capacitar e promover o papel das mulheres na sociedade, desempenhando um papel relevante no desenvolvimento regional. Essas iniciativas destacam como as políticas públicas podem ser efetivos dispositivos para impulsionar mudanças sociais positivas em níveis locais, contribuindo para o desenvolvimento de forma democrática nas regiões em que são implementadas.

Nesse sentido, isso mostra a relevância dos movimentos e do empenho das comunidades locais para desenvolver políticas territoriais que buscam abordar os aspectos cruciais da complexidade contemporânea, levando as regiões a serem protagonista de seu próprio processo de desenvolvimento (Dallabrida, 2000). Esse movimento de engajamento das comunidades na criação de políticas territoriais, não apenas reconhece as particularidades e necessidades únicas de cada região, mas também busca conceder-lhes um papel proativo na condução de seu próprio caminho de desenvolvimento.

Frente a isso, destaca-se a importância das políticas públicas, tais como o Programa Mulheres Sim, voltadas para o desenvolvimento regional, reconhecendo que tais políticas têm o potencial de impulsionar o crescimento equitativo e reduzir disparidades entre diferentes áreas geográficas. As políticas públicas representam o conjunto de ações, estratégias e diretrizes definidas pelo governo para abordar desafios sociais, econômicos e ambientais. No contexto do desenvolvimento regional, as políticas públicas podem ser formuladas para promover a melhoria das condições de vida em áreas específicas, ao mesmo tempo que impulsionam o crescimento econômico e a equidade (Dallabrida, 2000).

Nesse contexto, o Programa Mulheres Sim, é um exemplo de como a política pública se configura como um recurso por meio do qual o governo pode envidar seus esforços para alcançar objetivos em diálogo com o desenvolvimento regional, alinhando aspirações e demandas das comunidades locais. Algumas conexões podem ser estabelecidas entre essas iniciativas e o desenvolvimento regional, como por exemplo, ao promover a autonomia econômica das mulheres terminam também por fortalecer a base econômica local. Mulheres empreendedoras e economicamente independentes têm o potencial de impulsionar atividades econômicas em suas comunidades.

Os Programas Mulheres Mil e Mulheres Sim direcionam esforços para enfrentar as vulnerabilidades específicas que as mulheres enfrentam em determinadas regiões. Ao abordar essas vulnerabilidades, contribuem para fortalecer a resiliência das comunidades locais. A atuação desses programas no combate à violência doméstica não apenas melhora o ambiente social imediato, mas também contribui para a criação de comunidades mais seguras e saudáveis. Ao oferecer capacitação e desenvolvimento de competências às mulheres, os programas aumentam a qualificação da força de trabalho local. Isso não apenas beneficia as mulheres individualmente, mas também contribui para a criação de uma força de trabalho mais qualificada, favorecendo o desenvolvimento regional. A promoção da autonomia política das mulheres pelos programas incentiva a participação ativa nas tomadas de decisões locais. Esse envolvimento contribui para a formulação de políticas mais inclusivas e alinhadas às necessidades específicas da região.

O desenvolvimento regional é um assunto de extensa abrangência e significado, razão pela qual os estudos relacionados a ele demandam uma análise de diversas perspectivas. Assim, ao discutir sobre os impactos do programa, o objetivo é estabelecer uma base inicial que possa contextualizar a importância das políticas públicas e das estratégias de intervenção direcionadas ao desenvolvimento regional e suas consequências no que tange à equidade, inclusão e sustentabilidade.

Não há uma definição exata do termo desenvolvimento regional, pelo fato deste incluir diversos aspectos econômicos, sociais, históricos e até mesmo contraditórios. Atualmente, o desenvolvimento regional não está apenas ligado ao crescimento econômico, mas também a aspectos sociais, culturais, ambientais e políticos, visando à melhoria da qualidade de vida. Essa abordagem requer análises que considerem mudanças na sociedade e na alocação de recursos, visando a melhorar indicadores de bem-

estar econômico e social (Oliveira, 2002).

Desenvolvimento regional, envolve a prestação de ajuda a regiões economicamente menos desenvolvidas. É um processo que vai além do crescimento econômico localizado, buscando aprimorar a qualidade de vida material e espiritual da comunidade. Assim, olhar também para as questões de gênero em diálogo com o desenvolvimento regional repercute também em compreender que suas dinâmicas implicam em políticas que considerem não apenas aspectos econômicos, mas também a promoção geral do indivíduo e da comunidade (Duarte; Junior, 2023). Logo, programas como o Mulheres Sim se tornam fundamentais nas dinâmicas regionais.

Considerações finais

O escopo geral deste estudo foi analisar o impacto do programa Mulheres Sim, desenvolvido pelo IFSC-SLO, através da lente da análise de políticas públicas e suas implicações no desenvolvimento regional. Este objetivo reflete a importância de avaliar de maneira sistemática e abrangente os resultados e efeitos dessas iniciativas, indo além do âmbito individual e considerando a influência delas na comunidade e no crescimento regional.

A pesquisa possibilitou analisar e compreender as dinâmicas envolvidas, bem como, os resultados alcançados pelo Programa Mulheres Sim que emerge de um contexto moldado por decisões educacionais e sociais, amparado pela conscientização sobre equidade de gênero e inclusão. Os Programas Mulheres Mil e Mulheres Sim são exemplos de iniciativas criadas a partir do campo das políticas públicas, que visam à emancipação das mulheres. Ao promover a autonomia política e econômica, enfrentar vulnerabilidades e combater a violência doméstica, esses programas demonstram como as políticas públicas podem se tornar dispositivos poderosos para a mudança social.

Ao proporcionar um ambiente educacional propício e recursos adequados, as instituições de ensino ajudam a romper as barreiras educacionais que muitas mulheres enfrentam. O IFSC teve a iniciativa de incorporar o Programa às suas práticas de extensão desde 2013, por meio das ações do programa como o curso, feira de economia solidária, palestras, oficinas e do projeto de acompanhamento pós-programa, buscou desenvolver habilidades práticas para aumentar a autonomia e qualidade de vida das participantes e de suas famílias.

O IFSC campus SLO implementou o programa Mulheres Sim a partir de 2016. Essa iniciativa estendeu-se por cinco edições realizadas regionalmente, abrangendo não apenas o município de São Lourenço do Oeste, mas também as cidades de Jupiá, Galvão e, em 2022, o município de Campo Erê. Com um total de 150 vagas ofertadas para mulheres a partir dos 15 anos de idade e em situação de vulnerabilidade social, o programa demonstrou um compromisso amplo em alcançar e capacitar mulheres em diferentes áreas.

Neste processo, e para a realização do Programa Mulheres Sim, identificou-se atores políticos relevantes em sua implementação, incluindo governo federal e municipal, IFSC, CRAS, alunas participantes e professores. Cada ator, de forma singular e coletiva, auxilia no desenvolvimento da dinâmica e impacto do programa, destacando a importância da colaboração e da ação conjunta para alcançar resultados.

Os relatos das mulheres participantes evidenciaram um elemento histórico presente no cenário do trabalho feminino, qual seja, sua vinculação a noção de “*care*”, do cuidado. Ao mesmo tempo denotam as necessidades permanentes de flexibilidade e adaptação, que muitas vezes terminam por ocultar processos precários e de insegurança nas condições efetivas de trabalho. Também ilustra como o trabalho informal ainda se constitui como um dos poucos espaços acessíveis de geração de renda. Apesar disso, é crucial que existam esforços contínuos para promover oportunidades de emprego dignas e regulamentadas. Alguns desafios também foram evidenciados, com especial ênfase na baixa

escolaridade, problemas de saúde e envelhecimento populacional. A notável conversão das casas em espaços produtivos pós-programa destaca-se, gerando empreendimentos no âmbito do espaço doméstico.

As limitações do programa também são verificadas, com destaque para os desafios da formação de pessoas com baixa escolaridade prévia, além do fato de não contemplarem acompanhamento ou suporte após o término. Outro fator limitante do programa é oferta de poucas opções de trabalho para geração de renda, geralmente manual, que muitas vezes se concentra em atividades artesanais, e isso pode ser uma barreira significativa.

Verifica-se que o programa também tem como eixo condutor áreas e temáticas que historicamente se vinculam à questão do cuidado, do espaço doméstico, atrelados aos papéis femininos. Entretanto, é prudente que a instituição ofertante também verifique o alinhamento de novas modalidades do programa que contemplem áreas que efetivamente dialoguem com outros campos de atuação e alinhado às demandas regionais.

No entanto, de forma geral, o programa Mulheres Sim quando analisado como política pública, apresenta um diálogo possível com o desenvolvimento regional. Ao promover o desenvolvimento pessoal e profissional das participantes, o programa não apenas fortalece as perspectivas de equidade de gênero, mas também contribui para o fortalecimento das comunidades locais.

Nesse contexto, o investimento na educação e na geração de emprego e renda não apenas impacta diretamente vidas individuais, mas também contribui para uma transformação abrangente nas comunidades, ressaltando a importância contínua e sustentada de tais iniciativas para impulsionar as dinâmicas regionais, evidenciando a importância da relação entre políticas públicas e o desenvolvimento.

Outro fator relevante a ser destacado no estudo, a partir das elaborações de Pacheco (2010), é a conjectura da criação, expansão e interiorização dos Institutos Federais, que se constituem numa importante ação política educacional. Logo, além de proporcionarem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional, tornam-nas objetos de sua intervenção através das ações de ensino, pesquisa e extensão, indo além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas pelo mercado.

A institucionalização dos Institutos, e posteriormente a expansão e interiorização, destacada como estratégia pelo governo Federal, está diretamente ligada ao desenvolvimento regional. Essas instituições desempenham um papel importante na promoção do desenvolvimento econômico e social, capacitando indivíduos, estimulando o empreendedorismo regional, aumentando a empregabilidade local, integrando-se ao desenvolvimento econômico específico de cada região, promovendo a inclusão social e fomentando pesquisas aplicadas. Essa iniciativa de política pública reconhece a educação como fundamental para o desenvolvimento socioeconômico, beneficiando não apenas os indivíduos envolvidos, mas também impulsionando o desenvolvimento mais amplo das regiões.

De forma geral, o desenvolvimento local e regional visa construir a cidadania, considerando referências municipais, estaduais ou federais. Assim presume-se que os atores estão interligados por políticas públicas que transcendem fronteiras, oferecendo oportunidades para alcançar o desenvolvimento desejado. Políticas públicas bem planejadas, elaboradas, implementadas e avaliadas se constituem como fundamentais no fortalecimento do país, abordando de forma integrada os problemas sociais e contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a construção da almejada cidadania.

Referências

- AMNoroeste – Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina. (2020). *Municípios da região*. Disponível em: <https://www.amnoroeste.org.br/index/municipios-regiao/codMapaItem/140861>. Acesso em: 08 de jun. de 2021.
- BRASIL. (2008). *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 07 de jun. de 2021.
- BRASIL. (2010). *Um novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192. Acesso dia 20/01/2022.
- BRASIL. (2011). *Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), [...]*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em: 04 de jun. de 2021.
- BRASIL. (2013). Plano Nacional de políticas para as mulheres 2013. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf. Acesso em: 24 de maio de 2022.
- BRASIL. (2018a). *Projeto Piloto - Programa Nacional Mulheres Mil*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil/mulheres-mil-projeto-piloto>. Acesso em: 26 de maio de 2021.
- BRASIL. (2018b). *Programa Nacional Mulheres Mil*. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>. Acesso em: 26 de maio de 2021.
- BRASIL. (2018c). *Instituições da Rede Federal: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes#:~:text=Os%20Institutos%20Federais%20s%C3%A3o%20institui%C3%A7%C3%B5es,de%20n%C3%ADveis%20e%20modalidades%20da>. Acesso em: 15 de jan. de 2022.
- BRASIL. (2018d). *Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil*. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil>. Acesso em: 18 de jan. de 2022.
- BUTLER, J. (2018). *Corpos em aliança e política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CARVALHO, P. L. (2018). *Mulheres: as vítimas preferenciais da pobreza*. Jornal do Comércio. Porto Alegre. RS. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/03/opiniao/614926-mulheres-as-vitimas-preferenciais-da-pobreza.html. Acesso em: 10 de maio de 2021.
- DALLABRIDA, V. R. (2000). *O desenvolvimento regional: a necessidade de novos paradigmas*. Ijuí: Editora Unijuí.
- DAVIS, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- DEMETRIO, M. et al. (2022). *Agroindústrias familiares ecológicas e a agregação de valor alimentar: trajetória de mulheres rurais no desenvolvimento regional*. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- DUARTE, C. A. A.; JÚNIOR, E. J. d S. (2023). Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional e Local. *Revista Ciências Jurídicas*, Edição 119 FEV/23.
- FEDERICI, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante.
- FRIGOTTO, G. organizador. (2018). *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP. 320p.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. (2021). *Anuário Brasileiro De Segurança Pública*. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>. Acesso em: 06 de jan. de 2022.
- HIRATA, H. (2018). Gênero, patriarcado, trabalho e classe. *Revista Trabalho Necessário*, v. 16, n. 29, p. 14-27.
- HIRATA, H. (2020). *Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 98, n. 34, p. 25-40, abr.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 10 de jan. de 2022.

- IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. (2014a). *Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Educação e Gênero*. Disponível em: <http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/CEPE2014/Reitoria%20FIC%20Educacao%20e%20genero.pdf>. Acesso dia 11/03/2022.
- IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. (2014b). *Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Geração de Renda*. Disponível em: http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/MULHERES_SIM_GERACAO_RENDA_779.pdf. Acesso dia 11/03/2022.
- IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. (2018a). *Iniciativas sociais: Mulheres Sim*. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/iniciativas-sociais>. Acesso em: 23 de abr. de 2021.
- IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. (2018b). *Portal do IFSC*. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/o-ifsc>. Acesso em: 03 de jun. de 2021.
- IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. (2019a). *Campus São Lourenço do Oeste, Cursos*. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/web/campus-sao-lourenco-do-oeste/cursos>. Acesso em: 07 de jun. de 2021.
- IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. (2019b). *Campus São Lourenço do Oeste, Relatórios de Gestão*. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/web/campus-sao-lourenco-do-oeste/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 07 de jun. de 2021.
- IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. (2019c). *Edital PROEX nº 07/2019 Mulheres Sim*. Disponível em: [https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/Extens%0c3%a3o/2019/edital_proex_07_2019_Mulheres%20SIM%2004_07_19%20\(retificado\)\(1\).pdf](https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/Extens%0c3%a3o/2019/edital_proex_07_2019_Mulheres%20SIM%2004_07_19%20(retificado)(1).pdf). Acesso em: 01 de jun de 2021.
- IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. (2022). *Câmpus - Ensino público, gratuito e de qualidade em todas as regiões de SC*. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/campus>. Acesso em: 01 de jun de 2021.
- LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. (2018). *Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local*. Metamorfose.
- MINAYO, M. C. de S. (2009). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 28ª, Petrópolis, RJ: Vozes.
- OLIVEIRA, G. B. d. (2002). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista FAE*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago.
- PACHECO, E. M. (2010). *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Natal: IFRN. Disponível em: <http://200.129.0.130/bitstream/handle/123456789/1274/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 de jan. de 2022.
- PISCITELLI, A. (2009). “Gênero: a história de um conceito”. In: BUARQUE DE ALMEIDA, H.; SZWAKO, J. (org.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berleandis & Vertecchia.
- Rede Federal. (2019). *Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Disponível em: <https://110anos.redefederal.org.br/#fa%0C3%A7a-parte>. Acesso em: 20 de jan. de 2022.
- ROSA, S. (2011). *Mulheres Mil na Rede Federal: caminhos da inclusão*. Brasília, SETEC/MEC. Disponível em: http://mulheresmil.mec.gov.br/images/stories/pdf/geral/mulheres_mil_na_rede_federal_-_caminhos_da_inclusao.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2021.
- SAFFIOTI, H. I. B. (1976). *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*; prefácio de Antônio Cândido de Mello & Souza. Petrópolis, Vozes.
- SEVERINO, A. J. (2014). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez editora.
- SIGAA - Sistema Integrado de Atividades Acadêmicas. (2017). Consulte as atividades de extensão desenvolvidas pelo IFSC. *Mulheres Sim*. Disponível em: https://sigaa.ifsc.edu.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf. Acesso em: 29 de abr. de 2021.
- SIGAA - Sistema Integrado de Atividades Acadêmicas. (2018). Consulte as atividades de extensão desenvolvidas pelo IFSC. *Mulheres Sim*. Disponível em https://sigaa.ifsc.edu.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf. Acesso em 29 de abr. de 2021.
- SIGAA - Sistema Integrado de Atividades Acadêmicas. (2019). Consulte as atividades de extensão desenvolvidas pelo IFSC. *Mulheres Sim*. Disponível em https://sigaa.ifsc.edu.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf. Acesso em: 29 de abr. de 2021.
- SOUZA, C. (2006). *Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura*. Sociologias (UFRGS), Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45.
- TSE - Tribunal Superior Eleitoral. (2018). *Eleições e Plebiscitos e Referendos*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-plebiscitos-e-referendos>. Acesso em: 18 de jan. de 2022.
- WALLERSTEIN, I. (2001). *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto.